

MARÇO 2024



Reflexões críticas sobre as questões concorrenciais em desestatizações no Brasil

Redação: Adriana Cedillo

Diagramação: Pedro Scarabucci

GRI Club
— INFRASTRUCTURE

Introdução

A mitigação de riscos na composição de consórcios, envolvendo aspectos tanto financeiros como éticos e de conformidade, é uma das preocupações dos líderes do setor de infraestrutura no Brasil no atual cenário político e econômico, que apresenta diversos desafios.

Neste contexto, também entra em discussão o papel do Novo PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento), recentemente anunciado pelo governo federal, com investimentos de R\$1,7 trilhão no desenvolvimento do país. Esse programa abrange desde questões como licitações e expansão da infraestrutura até temas como sustentabilidade ambiental e geração de empregos.

Para debater esses assuntos, o GRI Club reuniu líderes de empresas do setor de infraestrutura e autoridades públicas no Club Meeting “Questões Concorrenciais em Desestatizações”. O evento, ocorrido na sede do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados, contou com a participação de nomes como André Vital, auditor federal (TCU); Felipe Mundim, Coordenador-Geral de Análise Antitruste (Conselho Administrativo de Defesa Econômica); Mario Saadi, sócio (Cescon Barrieu); Rodrigo Belon Fernandes, sócio (Cescon Barrieu), entre outros.

As discussões centraram-se em licitações e grandes obras no Brasil, especialmente no contexto da formação de consórcios em processos licitatórios, levantando questões concorrenciais cruciais, regulações e a implementação bem-sucedida de projetos de desestatização. As principais ideias estão resumidas nos tópicos a seguir.

REPORT



Summary





O Novo PAC

As discussões referentes ao Novo PAC focaram em temas como a descentralização do volume de capital destinado a este programa, com maior ênfase em obras estaduais; a necessidade de interação entre empresas; e questões jurídicas específicas, assim como a injeção massiva de recursos por parte do governo, principalmente relacionados à mobilidade urbana, transição energética e grandes projetos.

“Depois de vários governos, há um PAC anunciado de R\$1,7 trilhão, dos quais 91% dessas obras, R\$1,5 trilhão, estão focados em mobilidade urbana, em transição energética e projetos que por si só demandam uma interação entre empresas. São obras muito grandes”, afirma um executivo presente.

REPORT





Política industrial e desafios jurídicos

No encontro, discutiu-se a importância de trazer clareza à atual política industrial do governo, destacando a aceleração das obras em nível estadual, o que aponta para um novo padrão na distribuição de recursos públicos, conforme evidenciado pela pesquisa do Barômetro de Infraestrutura Brasileira da Ernst & Young.

De acordo com a sondagem, a falta de segurança jurídica emerge como um desafio significativo nos próximos anos, especialmente diante da complexidade das interações entre empresas em projetos de grande porte.

“A necessidade de ter obras com diferentes interações entre empresas vai demandar modelos jurídicos específicos. E essa ausência de clareza sobre segurança jurídica, como esses arranjos vão ser vistos pelo Estado, talvez seja um grande desafio nesses próximos dois a três anos”, avalia um executivo presente.

REPORT





CADE e TCU na promoção da concorrência e segurança jurídica

No encontro, também foram destacados alguns desafios para os líderes do setor referentes ao papel do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), como restrições e concorrências nos leilões, investigações anticompetitivas, regulações, análise da competição do mercado referente às PPPs (Parcerias Público-Privadas) e interações com órgãos regulatórios.

Assim, ressalta-se que as mudanças recentes indicam uma abordagem mais rigorosa em relação a cartéis de licitações e a cooperação entre o CADE e as diversas autarquias, agências reguladoras e o Ministério Público é relevante para a análise de setores regulados e não regulados.

Durante o diálogo, reconheceu-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), sob a gestão do Ministro Bruno Dantas, tem buscado um diálogo aberto com agentes econômicos. A criação da Secretaria de Consenso evidencia a busca por acordos consensuais em questões contratuais, proporcionando segurança jurídica às empresas. Outro tópico abordado foi o papel da cooperação técnica e dos acordos com agências nacionais e internacionais na obtenção de informações que embasam decisões claras e consistentes.

REPORT



Conclusões e recomendações

Diante do cenário complexo das incertezas jurídicas, a cooperação entre o setor público e privado torna-se crucial. Os protocolos antitrustes, anticorrupção e o diálogo entre os órgãos reguladores e as empresas são também fundamentais para garantir uma interação segura e eficiente.

Portanto, recomenda-se uma análise detalhada das limitações impostas aos consórcios, considerando o equilíbrio entre a competição e outros valores sociais, já que a transparência na apresentação de modelos de garantia e a busca por consensos são essenciais para superar os desafios presentes nas obras públicas brasileiras.



GRI Club

Fundado em 1998, em Londres, o GRI Club reúne atualmente **mais de 15 mil executivos seniores** espalhados em 100 países, com atuação nos mercados imobiliário, de infraestrutura e do agronegócio.

O modelo inovador de discussões do GRI Club permite a livre participação de todos os executivos, fomentando a troca de experiências e conhecimento, o networking e a geração de negócios.

Membros do clube também têm à disposição uma plataforma exclusiva para ver mais informações sobre os executivos e as respectivas empresas, marcar reuniões, pedir introduções personalizadas com colegas da indústria e acessar de modo irrestrito todos os nossos conteúdos.



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org



GRI *Club*
— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org